

Relações de gênero e o protagonismo das mulheres nas lutas/artes marciais: uma revisão narrativa

Gender relations and the role of women in fighting sports/martial arts: a narrative review

Tanise Zeppenfeld Arruda
Angelita Alice Jaeger
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria - Brasil

Resumo

Esta revisão narrativa qualitativa analisa as relações de gênero que emergem na produção acadêmica sobre mulheres e artes marciais/lutas. Foram selecionados 13 estudos de periódicos brasileiros e estabelecidas três categorias de análise: 1) caracterização dos artigos; 2) principais conceitos; 3) objetivos e resultados. As pesquisas mostram que as mulheres estão ocupando cada vez mais espaços nas artes marciais, apesar de enfrentarem barreiras sociais e culturais. A análise revelou a presença de conceitos como pertencimento, representatividade, gênero, feminilidade e sexualidade, evidenciando a complexidade das relações de gênero nesse contexto. Conclui-se que, apesar da crescente presença das mulheres em diferentes áreas de atuação nas lutas, ainda é necessário um maior reconhecimento e apoio para transpor obstáculos persistentes.

Palavras-chave: Gênero; Artes Marciais; Revisão Narrativa.

Abstract

This qualitative narrative review analyzes the gender relations emerging in academic production on women in fighting sports/martial arts. Thirteen studies from Brazilian journals were selected, and three categories of analysis were established: 1) article characterization; 2) main concepts; and 3) main goals and results. Research shows that women increasingly occupy spaces in martial arts, despite facing social and cultural barriers. The analysis revealed the presence of concepts such as belonging, representativity, gender, femininity, and sexuality, highlighting the complexity of gender relations in this context. It is concluded that despite the growing presence of women in different areas of activity within combat sports, greater recognition and support are still needed to overcome persistent obstacles.

Keywords: Gender; Martial Arts; Narrative Review.

1- Considerações Iniciais

A primeira Olimpíada Moderna ocorreu no ano de 1896, na cidade de Atenas (Grécia), sendo a luta greco-romana a única modalidade de combate. Todavia, a inclusão de categorias para mulheres nas lutas são conquistas muito recentes. A título de exemplo, o Boxe estreou em 1904 nas Olimpíadas e somente em 2012 ocorreu o primeiro combate feminino, em Londres (Cardoso *et al.*, 2012). O Judô foi incluído aos Jogos Olímpicos no ano de 1964 e a primeira participação feminina foi somente em Sydney, em 2000, mesmo ano que o Taekwondo alçou a categoria de esporte olímpico nas categorias feminina e masculina (Devide, 2005). Contudo, existem inúmeras outras lutas e artes marciais que não são contempladas nas Olimpíadas, como o *Mixed Marcial Arts* (MMA), que despontou nos últimos anos em grandes eventos esportivos. Historicamente, as lutas são relacionadas ao cenário masculino por possuírem características como força e agressividade. Inclusive, por muitos anos, foram proibidas para as mulheres, as quais, até hoje, sofrem com preconceitos e estereótipos, seja por haver uma transformação nas suas arquiteturas corporais, seja pelo fato de as lutas não serem consideradas por muitas pessoas atividades apropriadas às mulheres, ou, ainda, pela erotização do corpo feminino (Ferretti, 2011).

Na história do Brasil, as lutas realizadas por mulheres foram proibidas até o ano de 1979, sob a justificativa de que não eram adequadas aos corpos femininos (Mourão; Souza, 2007). Porém, quase 50 anos após as mulheres oficialmente terem o direito de participar de competições de lutas, suas histórias nessas modalidades nem sempre são contadas e ainda há muitas discussões importantes a serem travadas no que tange às artes marciais e às mulheres, em especial debates que envolvam a temática de gênero. Por esse motivo, é preciso posicionar as mulheres no centro das histórias dos esportes, escutando e visibilizando suas vivências (Devide, 2005).

Entendemos o conceito de gênero como uma importante categoria para analisar as diferenças produzidas entre os homens e as mulheres no contexto esportivo (Scott, 1995; Goellner, 2008). O termo gênero surgiu a partir da segunda onda feminista, nos anos 1970, possibilitando analisar as relações entre homens e mulheres para além da questão biológica, lançando luz sobre aspectos sociais, históricos e culturais, que produzem e hierarquizam determinadas expressões de masculinidade e de feminilidade, as quais podem assumir múltiplas formas e estão imersas em redes de poder, que resultam em classificações (Goellner, 2008). Assim, gênero reposiciona/ressignifica conceitos sobre ser homem ou ser

mulher e aponta para desigualdades causadas por fatores sociais (Costa; Santos, 2018). Nessa perspectiva, gênero refere-se às formas plurais, conflitantes e instáveis de feminilidades e masculinidades, sobre as quais a cultura constrói e diferencia os corpos femininos ou corpos masculinos, ou seja, a articulação entre gênero e outros marcadores sociais como raça, sexualidade, classe, religião produz essa distinção (Meyer, 2004).

No entanto, a pluralidade dos corpos não é o suficiente para evitar a classificação dos sujeitos no mundo esportivo, inclusive com a criação de políticas regulatórias, as quais barram determinados corpos considerados “não naturais”, algo que atinge, especialmente, as mulheres (Goellner, 2016). Como as lutas fazem parte da esfera dos esportes, seja em nível amador ou profissional, discussões que envolvam mulheres e lutas constituem-se em um terreno fértil para compreendermos mais sobre relações de gênero nesse território.

Na esteira dessas ideias, buscamos apresentar um apanhado dos estudos brasileiros que tratam do tema, através de uma revisão narrativa com o objetivo de analisar as relações de gênero que emergem na produção acadêmica sobre mulheres e artes marciais/lutas, bem como caracterizar os artigos, destacar os principais conceitos presentes nas publicações e discutir os principais objetivos e resultados obtidos nos trabalhos.

2- Percurso investigativo

Esta é uma pesquisa qualitativa, elaborada através de uma revisão narrativa, a qual é uma forma de revisão da literatura, em que se apresenta o panorama do estado atual do conhecimento, reunindo e sintetizando resultados sobre determinado assunto. Ao apresentar a visão geral da temática de estudo se destacam os principais temas, conceitos, teorias e discutem-se as tendências e lacunas no conhecimento existente sobre o tópico em questão (Rother, 2007).

Assim, esse tipo de revisão permite buscar e resumir os achados sobre o assunto estudado, o que leva ao cenário atual sobre as pesquisas do tópico em questão. Dessa forma, acreditamos que a revisão narrativa é apropriada para alcançarmos a produção científica sobre lutas/artes marciais e mulheres nas publicações brasileiras.

2.1 Seleção dos estudos

Para responder à pergunta da pesquisa em questão realizamos um mapeamento das revistas encontradas no Qualis da área 21, especificamente na área da Educação Física, através das palavras-chave: mulheres, lutas, artes marciais e gênero. De acordo os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em língua portuguesa no país, disponíveis na íntegra,

gratuitos, estudos qualitativos, foco nas mulheres e suas relações com as lutas. Os critérios de exclusão consideraram: pesquisas quantitativas ou mistas e artigos não científicos.

Além disso, optamos por não estabelecer delimitação temporal com o intuito de abarcar o máximo de publicações possíveis dentro dos critérios estabelecidos. Utilizamos as seguintes combinações com o operador booleano AND: mulheres AND lutas; mulheres AND artes marciais; gênero AND artes marciais; gênero AND lutas, o que resultou em 69 artigos científicos. Após a leitura do título e resumo, restaram 13 trabalhos (Tabela 1). A pesquisa foi realizada até o fim do mês de agosto do ano de 2023.

Tabela 1: Artigos selecionados na pesquisa.

AUTORES/AS	TÍTULO	REVISTA	ANO
FERRETTI; KNIJNIK	Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias	Movimento	2007
THOMAZINI; MORAES; ALMEIDA	Controle de si, dor e representação feminina entre lutadores (as) de MMA	Pensar a prática	2008
GRESPLAN; GOELLNER	Fallon fox: um corpo queer no octógono	Movimento	2014
SILVA; CAVICHIOLLI; CAPRARO	Adesão e permanência das mulheres no Boxe em Curitiba – PR	Motrivivência	2015
FERNANDES; MOURÃO; GOELLNER; GRESPLAN	Mulheres em combate: representações de feminilidade em lutadoras de boxe e de MMA	Revista de Educação Física/UEM	2015
SALVINI; JÚNIOR	Mais do que uma “questão de peso”: Análise do conteúdo dos discursos de rivalidade entre as lutadoras de MMA Ronda Rousey e Cris Cyborg	Movimento	2016
FERREIRA; ANJOS; DRIGO; MOURÃO; SALLES	As barreiras enfrentadas por treinadoras Brasileiras	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2017
CAMILO; PEREIRA	O que faz uma mulher no mixed martial arts? Reflexões de um relato de pesquisa	Revista Brasileira de Psicologia do Esporte	2017
SO; MARTINS; BETTI	As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física	Motrivivência	2018
ROCHA; ZAGONEL; BONORINO	Fatores de aderência e permanência de mulheres nas lutas em Chapecó – SC	Caderno de Educação Física e Esporte	2018
FIGUEIREDO; MENDONÇA; TELLES; BARREIRA	Aprendendo e ensinando mulheres a lutar: práticas exemplares e reprováveis nas artes marciais	Revista Brasileira de Psicologia do Esporte	2021
SOUZA; FRANCO	As resistências culturais enfrentadas pela mulher no âmbito das modalidades de lutas	Motrivivência	2021
OLIVEIRA; MACEDO; NETO	Autoapresentação corporal de Lutadoras de artes marciais mistas (MMA) no Instagram	Movimento	2021

Fonte: autoras (2024)

3. Resultados e análises

A partir da leitura dos 13 artigos selecionados foi possível elaborar uma síntese dos seus conteúdos, por meio da qual estabelecemos três categorias de análise: 1) caracterização dos artigos; 2) principais conceitos presentes nas publicações; 3) principais objetivos e resultados obtidos nos trabalhos.

3.1 Caracterizando os estudos

Para desenvolver esse item procuramos os seguintes elementos em cada um dos trabalhos: revista publicada; ano de publicação; autorias; posição que as mulheres ocupam em relação às lutas; modalidades das lutas.

Encontramos 13 artigos publicados em sete periódicos distintos. No entanto, é mais expressivo o número de publicações na Revista Movimento (4). Nas demais, temos: Revista Motrivivência (3); Revista Brasileira de Psicologia do Esporte (2); Pensar a Prática (1); Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (1); Revista da Educação Física-UEM (1); e Caderno de Educação Física e Esporte (1).

O artigo mais antigo que localizamos foi publicado no ano de 2007 – trata-se do trabalho “Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias”; elaborado por Ferretti e Knijnik (2007). Esse fato nos indica que as pesquisas com esse foco são recentes. Destacamos que as lutas existem como “uma atividade que continua sendo apontada, no imaginário social sobre os gêneros, como ‘coisa de homem’” (Ferretti; Knijnik, 2007, p.58), o que pode contribuir para afastar ou apagar a atuação das mulheres frente a esses conhecimentos e vivências corporais. Em relação aos outros trabalhos eleitos, encontramos as seguintes quantidades de artigos: um no ano de 2007, um no ano de 2008, um no ano de 2014, dois no ano de 2015, um no ano de 2016, três no ano de 2017, dois no ano de 2018, três no ano de 2021. A pequena concentração das publicações sobre lutas e mulheres nos mostra o quanto esse assunto ainda precisa ser discutido.

No que se refere à autoria dos artigos, encontramos 35 pesquisadores/as envolvidos/as nos trabalhos selecionados, desses/as 19 são mulheres e 16 são homens, sendo que três autoras se repetem em diferentes artigos. Outro aspecto analisado é a relação das mulheres com as lutas. Encontramos seis publicações em que elas são praticantes, outras seis nas quais elas são atletas, uma em que aparece uma técnica, e outra em que há uma pesquisadora inserida no mundo da luta em um cenário de pré-competição. Tais resultados

indicam que as mulheres ainda não ocupam todas as esferas esportivas no contexto das lutas, sendo raras as que ocupam o cargo de técnica.

Sobre as modalidades mais estudadas, encontramos: o MMA em oito trabalhos; o Boxe em cinco; Judô e Jiu-jitsu são citados em quatro; Taekwondo em três; Karatê, Capoeira, Kung Fu e Muay Thai em dois; e, por fim, Sumô, Aikidô, Kenjutsu, Kendô, Tai Chi Chuan, Krav Magá e Wrestling aparecem uma vez nos textos. Porém, vale ressaltar que essa variação de artes marciais ocorreu, principalmente, pelo fato de fazerem parte de nossa amostra os artigos: “Fatores de aderência e permanência de mulheres nas lutas em Chapecó - SC” (Rocha, Zagonel; Bonorino, 2018), cujo objetivo foi descobrir a motivação das mulheres para a prática de diferentes lutas, o que aumentou as modalidades estudadas; e “Aprendendo e ensinando mulheres a lutar: práticas exemplares e reprováveis nas artes marciais” (Figueiredo, Mendonça, Telles; Barreira, 2021), o qual buscou identificar e compreender as experiências de mulheres como participantes em diferentes modalidades de lutas. Sendo assim, fica ainda mais expressiva a quantidade de estudos que envolvem MMA. É interessante pontuar que a primeira luta feminina de MMA ocorreu em 2013, mesmo ano em que aconteceu a primeira luta com a participação de uma mulher transexual como profissional no octógono, o que desencadeou “discussões relacionadas à legitimidade de sua presença nesse esporte” (Grespan; Goellner, 2014). As autoras, ao analisarem os comentários em publicações de um site sobre a luta citada, encontraram inúmeras manifestações de cunho biologicista e transfóbico. A segunda modalidade mais frequente nos estudos analisados é o Boxe Feminino, o qual teve sua inserção nos Jogos Olímpicos a partir ano de 2012, 108 anos após a estreia do esporte nesses Jogos (Fernandes; Mourão; Goellner; Grespan, 2015).

Também analisamos o tipo de instrumento utilizado para as coletas de dados, resultando em entrevistas, questionários, observação participante com diário de campo, imagens de redes sociais e sites de revistas. Mapeamos, outrossim, os tipos de análise de dados e constatamos que 11 estudos utilizaram a análise de conteúdo, o que indica uma baixa variabilidade. Tal resultado corrobora o que foi encontrado por Nascimento *et al.* (2021), ao perceberem que 93,7% dos 222 artigos publicados em periódicos da educação física entre os anos de 2007 e 2017 faziam referência à análise de conteúdo.

Em suma, constatamos uma variação considerável de periódicos nos quais os estudos foram encontrados. As publicações são bastante recentes, sendo a mais antiga datada no ano

de 2007 e/ou autores/as são, a maioria, mulheres. Por fim, houve uma prevalência dos estudos sobre a modalidade MMA.

3.2 Principais conceitos

Ao realizar uma leitura aprofundada dos artigos, extraímos os principais conceitos utilizados nos textos, cujo conteúdo dialoga com a temática desta pesquisa, e para fins didáticos os agrupamos em duas subcategorias, a saber: 1) pertencimento, representatividade; 2) gênero, feminilidade, estereótipos e sexualidade. Esses conceitos indicam que as relações de gênero atravessam e marcam as posições de sujeito ocupadas pelas mulheres no contexto das lutas/artes marciais, como veremos a seguir.

3.2.1. Ocupando lugares que também são delas

Uma das noções que emergiu dos textos diz respeito às mulheres se sentirem pertencentes ao espaço das lutas. Silva, Cavichioli e Capraro (2015, p.133) destacam que os homens ocupam majoritariamente o território do Boxe e “as mulheres constroem disposições de pertencimento a esse campo que se apresentam nas relações estabelecidas entre os sujeitos de diferentes gêneros”. Nesse contexto esportivo, elas compartilham espaços e experiências, participam de campeonatos e interagem com diferentes atletas, treinadores e praticantes, fazendo do boxe um lugar que é, também, seu. Quando as mulheres necessitam construir disposições de pertencimento há uma constante disputa para que elas possam se sentir e serem aceitas como parte daquele ambiente, como se fosse um terreno inimigo conquistado que requer constante vigia. Na pesquisa de Camilo e Pereira (2017), as autoras, ao adentrarem no ambiente pré-competitivo de MMA como parte da equipe de um lutador, constataram que o fato de uma mulher estar nesse ambiente significa que ela “deve” se encaixar em papéis esperados, tais como: alguém para servir, uma trabalhadora que mantenha certos estereótipos físicos ou prostituta, amante, namorada ou fã do lutador. Quando a mulher se recusa a assumir o papel esperado – caso da pesquisadora –, ela é entendida como um ser estranho, até mesmo para outras mulheres, como se ela não devesse estar ali e em alguns momentos só pode permanecer e prosseguir a sua pesquisa porque uma voz masculina (o lutador) autoriza a sua permanência. Rosenfield e Saavedra (2013, p.38) explicam que “o pertencimento a um grupo social favorece a construção constante dos três elementos constitutivos de uma relação positiva para consigo mesmo: a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima”. Desse modo, quando as mulheres se percebem como parte do local e o fato de elas estarem nos ringues, por exemplo, faz com

que outras entendam que também podem ocupar esse espaço e mostrar a todos que aquele local também é delas.

Nesse ponto, aparece a questão da representatividade como algo importante para se sentir pertencente, o que contribui para legitimar as posições conquistadas pelas mulheres, como apontam Ferreira et al. (2017), ao visibilizarem a escassa representatividade das mulheres como treinadoras no Brasil, apontando o preconceito como uma barreira para ampliar o número de mulheres treinadoras no país. Pfister (2003), ao refletir sobre os motivos que levam elas a serem minorias nos cargos esportivos em alguns países europeus, Estados Unidos e Canadá, explica que a baixa representatividade delas possui razões históricas, uma vez que o esporte foi inventado pelos homens e para os homens. Além disso, as relações de poder do mercado esportivo, baseadas no sexo, preconceitos e jornadas triplas, as quais as mulheres precisam enfrentar para conquistarem um cargo no meio esportivo, também colaboram (Ferreira et al., 2017) para o menor número de treinadoras no Brasil. Vale lembrar que as mulheres foram proibidas de praticar esportes como futebol e lutas no país, com a justificativa de que esses esportes seriam impróprios aos seus corpos. Apesar da revogação dessa interdição, ela ainda circula na cultura e cria barreiras para a livre exploração esportiva das mulheres.

A representatividade está conectada à representação da prática das lutas na vida das mulheres. Ferretti e Knijnik (2007) destacam em um estudo acerca das representações sociais de mulheres que praticam lutas que algumas entrevistadas acreditam que as mulheres não deveriam praticar Boxe profissional, afirmam que é um esporte só para homens, o que exemplifica o quanto estereótipos influenciam no que elas creem que devem ou não fazer. A representatividade também está no espaço que a mulher ocupa em relação à luta, elas serem professoras pode mudar a decisão de permanecer ou não praticando, como podemos inferir do trabalho de Figueiredo et al. (2021), que apresenta fatores que fazem as mulheres desistirem ou pensarem em desistir de praticar lutas, dentre eles: o menosprezo de suas potencialidades, abuso de poder pelos professores e assédio moral e/ou físico por parte de professores e colegas homens. Notamos que todos os motivos apresentados estão ligados ao fato de elas serem mulheres em um ambiente, em sua maioria, feito por homens, onde elas são vistas como visitantes estranhas e até indesejadas. Por outro lado, os autores destacam que a proximidade pessoal com os professores/as e os diálogos gerados acerca das questões técnicas ou da vida pessoal e corriqueira despontam como razões de permanência,

uma vez que é “um fator determinante para acelerar o processo de aceitação da mulher no espaço de luta, e, conseqüentemente, legitimar e aumentar sua presença no tatame” (FIGUEIREDO *et al.*, p.163, 2021). O que nos leva a refletir sobre o quanto as mulheres podem receber vários tratamentos inadequados dentro das academias, incluindo assédios. No entanto, ao serem tratadas com o mínimo de respeito, como poder conversar com o professor, encontram nesse fato a motivação para continuarem os treinos.

3.2.2. Feminilidades plurais efervescentes nas lutas

A construção, afirmação, questionamento ou implosão da feminilidade padrão desponta nas discussões empreendidas nos artigos. Ao analisar a autoapresentação corporal de lutadoras de MMA no Instagram, Oliveira *et al.* (2021) perceberam que nas imagens analisadas existiam feminilidades plurais, as quais subvertem as normas tradicionais de gênero. Essas imagens enunciam mulheres fortes, seguras e confiantes, que se inserem e conquistam espaço em uma modalidade de grande reserva masculina, além de exporem suas conquistas e premiações no esporte e fora dele. Os perfis analisados são de mulheres atletas profissionais com sucesso na carreira, elas se apresentam de forma aparentemente espontânea nas redes sociais e, dessa mesma maneira, exibem suas feminilidades que fogem de estereótipos – elas têm músculos desenvolvidos, demonstram força física, agressividade, ao mesmo tempo em que podem aparecer com roupas justas e fazer poses mais delicadas e sensuais. Elas transgridem a feminilidade normativa e sugerem “modos de ser mulher” plurais. Todavia, essa disponibilidade e ousadia não são uma regra. Souza *et al.* (2015) narram a história de Rosiclea Campos, treinadora de Judô, que, ao solicitar às atletas da seleção feminina brasileira de Judô para treinarem membros superiores, obteve uma negação – as judocas alegaram receio de ficar com braços grandes, afastando-se da feminilidade padrão. Tais construções reforçam padrões que, transpostos, são lidos como uma transgressão ou subversão.

Associado à construção das feminilidades, desponta o conceito de gênero, o qual atravessa todos os artigos aqui analisados. Na pesquisa sobre as barreiras enfrentadas por treinadoras brasileiras, Ferreira *et al.* (2017, p.484) afirmam que “... é fundamental compreender as expressões de gênero como múltiplas – masculinidades e feminilidades, no plural e transitórias”. Essa visão nos possibilita entender que podem existir tantas feminilidades e masculinidades quanto pudermos imaginar. Assim, quando uma mulher

demonstra ser agressiva em uma arena de luta não está expressando uma característica da masculinidade, mas sim uma nuance da feminilidade não normativa.

Fernandes *et al.* (2015) explicam que a participação das mulheres em arenas de luta não é algo recente, e há tempos essas mulheres exibem distintas representações de feminilidades, o que pode produzir novas identidades de gênero, múltiplas e transitórias. So, Martins e Betti (2018, p.32) afirmam que “... não é possível excluir possibilidades de transgressões e de subversões em identidades flutuantes de gênero, como é o caso da inserção de mulheres, imbuídas de sentidos próprios, em uma arena considerada masculina”. No artigo, os autores tratam da inserção de aulas de Judô em uma turma de 7º ano regular pertencente a uma escola pública e questionam o quanto a ideia de que tal atividade é para meninos e não para meninas está presente no imaginário dos alunos, o que retrata a importância que essas discussões sejam ampliadas a ponto de não encontrarmos crianças/mulheres/homens crendo que não podem praticar uma modalidade por conta de seu gênero. Sobre essa questão, Scott (1995) elucida que para entendermos as relações de gênero precisamos levar em consideração que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes – vazias por não terem nenhum significado transcendente e transbordantes porque, por mais que sejam fixadas, ainda contêm dentro delas significados suprimidos ou negados, o que mostra o quão complexo é o termo gênero.

Corroborando essa ideia, ao realizarem um levantamento das barreiras sociais enfrentadas por mulheres praticantes de artes marciais, Souza e Franco (2021) encontraram a distinção de gênero como um dos motivos apontados mais recorrentes que dificulta a inserção delas no meio das lutas, já que as mulheres são rotuladas desde pequenas como frágeis, delicadas e que não gostam de atividades e esportes mais agressivos, considerados de natureza masculina.

No texto sobre representações de feminilidade em lutadoras de boxe e de MMA, Fernandes *et al.* (2015, p.367) explicam: “A categoria analítica gênero recusa a ideia de que o sexo anatômico é determinante na imposição das diferenças entre homens e mulheres e indica que essas identidades são construídas social e culturalmente”. Dessa forma, nossa identidade, fruto das sociedades e das culturas, com as quais nos relacionamos ao longo da vida, é passível de sofrer transformações e se modificar constantemente; assim, não temos uma única identidade, mas estamos sujeitos a processos identitários móveis e que podem ser redirecionados (Hall, 2002). Muitas vezes, esses corpos colocam em cena a possibilidade da

transitoriedade, dissolvendo a polarização, de modo a revelar múltiplas possibilidades de construção de feminilidades.

Os esportes são construções culturais que produzem e reproduzem representações de feminilidades e masculinidades, ou seja, representações de gêneros, muitas vezes ligadas à visão polarizada de sexo (feminino e masculino) e respaldadas em explicações biológicas, o que resulta em corpos generificados e vistos através de uma compreensão normativa do que é feminilidade, o que não leva em consideração a multiplicidade dos gêneros (Goellner, 2016). Nesse sentido, um corpo *queer* parece não se encaixar nas normas esportivas, as quais regem o mundo das lutas. Assim, destacamos o caso de Fallow Fox, a primeira mulher trans no MMA. O fato de um corpo não normativo ser exposto fez emergir discussões sobre a legitimidade do espaço ocupado pela lutadora com base em argumentos biologicistas, comentários homofóbicos e transfóbicos defendidos e apoiados por centenas de leitores dos sites Combate, Tatame e do blog Na Grade do MMA. No entanto, “um corpo *queer*: indecifrável, excêntrico e ambíguo ... ao ser exibido no octógono, traz para o esporte, novos horizontes e possibilidades” (Grespan; Goellner, 2014, p.1279), pois, ao ocupar esse espaço, a atleta coloca em xeque padrões de gênero e noções biológicas aceitas como normais e inquestionáveis.

Em cenários esportivos não é raro despontarem questionamentos sobre a sexualidade das mulheres, levando em conta o simples fato de elas serem profissionais do meio. Ferreira *et al.* (2017) afirmam que a sexualidade é posta em questão a partir de padrões, crenças e comportamentos esperados do sexo feminino, definidas por circunstâncias histórico-sociais e relações de poder, assim, a heteronormatividade produz expectativas a respeito de comportamentos e características das mulheres. As esportistas que não têm o corpo condizente ao que se espera em termos de feminilidade padronizada sofrem acusações, constrangimentos e interdições, sempre duvidando dos seus méritos esportivos e sua sexualidade (Goellner, 2016). Todavia, a sexualidade é instável e móvel, sendo produzida por conjunturas históricas complexas (Weeks, 2001). Desse modo, uma identidade sexual não é um conjunto com características exatas e fechadas, ela varia e se transforma, são identidades. Não é simples falar o que é ser mulher ou não (Nicholson, 2000).

Em síntese, o mundo esportivo pode negar a riqueza e a pluralidade dos gêneros, excluir e rejeitar o que não é considerado dentro do padrão. Todavia, os artigos destacam a participação das mulheres nas lutas, contribuem com discussões importantes sobre as questões ligadas a gênero e nos chamam atenção para o quão complexo ainda é para uma

mulher assumir um cargo no meio esportivo, do mesmo modo como a prática de uma luta pode gerar preconceitos e questionamentos sobre a sexualidade das mulheres, erguendo barreiras para que elas adentrem tatames, ringues e arenas.

3.3 Objetivos e principais resultados

Após uma leitura exaustiva e análise dos artigos, estruturamos essa categoria em duas unidades compostas pelos objetivos das pesquisas em consonância com os resultados encontrados. Assim, na primeira unidade apresentamos aqueles que tematizam as estratégias de inserção no esporte, bem como as possibilidades de permanência associadas às representações estereotipadas que marcam a presença das mulheres nas lutas/artes marciais. Em uma segunda unidade, reunimos os objetivos e resultados de estudos que evidenciam identidades móveis, feminilidades plurais e ações de empoderamento que impulsionam as mulheres a resistirem e ampliarem a sua participação na modalidade.

3.3.1. Os primeiros passos

As lutas são conteúdos escolares obrigatórios tanto pelos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) quanto pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Dessa forma, meninas e meninos devem ter contato com diferentes vivências dessa natureza. So *et al.* (2018), ao analisarem a inserção de aulas de Judô para uma turma de 7º ano, concluíram que as lutas podem contribuir para discussões sobre preconceitos e estereótipos que envolvam gênero. É interessante pensarmos que, se essas discussões forem tematizadas ainda em idade escolar, poderemos ter uma sociedade que acolha as diferentes expressões de relações de gênero com igualdade de oportunidades.

A pesquisa que trata das treinadoras esportivas, de Ferreira *et al.* (2017), aponta o treinamento esportivo de alto rendimento no Brasil como um ambiente de reserva masculina, no qual mesmo representantes de sucesso, como as entrevistadas do estudo, terão que passar por desafios e entraves. Foram identificados os seguintes obstáculos: os cargos são majoritariamente masculinos; há preconceito a respeito das mulheres, o que gera dúvidas sobre suas capacidades profissionais; e baixa remuneração, o que faz com que as mulheres tenham que ter mais de um emprego. Num país como o nosso, com pouco incentivo ao esporte, ser mulher e encontrar condições para viver e ser reconhecida dentro do mundo esportivo é ainda mais difícil, como aponta a pesquisa. Além do empenho das treinadoras na busca por representatividade e condições dignas de trabalho, “é preciso que os órgãos representativos do esporte nacional, como as confederações, federações e clubes,

promovam novas políticas com o intuito de estimular a presença feminina no esporte e de minimizar os obstáculos existentes” (Ferreira *et al.*, 2017, p. 486). Um dos empecilhos para que esses fomentos ocorram é que a liderança dessas instituições geralmente é ocupada por homens que procuram admitir outros homens, restando posições secundárias às mulheres. Isso, somado à falta de incentivos familiares e financeiros, constitui-se em barreiras para elas estarem nos cargos esportivos, o que exige elaboração de estratégias e perspectivas para possibilitar esse mercado de trabalho às mulheres de forma mais justa e igualitária (Pfister, 2003).

Souza e Franco (2021) apontam barreiras encontradas por mulheres que desejam praticar artes marciais, sendo elas: a distinção de gênero, a cultura da feminilidade, as mídias, exploração da erotização da mulher e a sua exclusão social. Esses empecilhos nos mostram o quão amplos e, complexos, são os fatores que levam as mulheres a praticarem ou não uma luta, pois elas precisam lidar com questões culturais e sociais, produzidas e alimentadas, amiúde, pelos professores, colegas, família e mídia. No entanto, de acordo com os autores, as mulheres seguem rompendo essas e outras barreiras sociais e cada vez mais estão presentes nas lutas. Figueiredo *et al.* (2021, p.163), ao questionarem aprendizes de diferentes artes marciais sobre condutas exemplares percebidas em suas experiências nos tatames, constataram a resposta unânime que indica a metodologia de ensino, a qual está relacionada com a forma como os exercícios são explicados, concessão de *feedbacks*, além da atenção aos objetivos, conquistas e peculiaridades de cada aluna. Adversamente, essas mesmas práticas são apontadas como reprováveis quando executadas de maneiras abusivas, negligentes, relapsas e segregacionistas, o que reduz e desmotiva o interesse e a dedicação das praticantes.

Em relação à formação da identidade de lutadores/as de MMA, Thomazini, Moraes e Almeida (2008) constataram um *ethos* duplo formado pela identidade de guerreiro/a e lutador/a. Além disso, encontraram lutadores homens que não aceitam a presença de mulheres nos ringues e outros que veem esse fato como uma conquista que deve ser exaltada. Com o auxílio desse trabalho podemos perceber que atributos como a agressividade, mesmo que no âmbito das lutas, ainda estão ligados ao imaginário do que é masculinidade, causando estranheza que as mulheres possam possuir essa característica, o que nos remete ao estudo de So *et al.* (2018), o qual verificou essa questão nas falas de meninas em idade escolar, as quais julgavam natural para os meninos serem agressivos a

ponto de jogarem os outros colegas no chão, como é necessário no Judô, mas para as meninas era algo estranho e até desagradável. No entanto, algumas gostaram da prática e se sentiram bem durante as aulas.

Na pesquisa sobre os discursos de rivalidade entre duas lutadoras de MMA, os estudiosos Salvini e Júnior (2016) concluíram que os discursos de enfrentamento e ódio são parte de uma estratégia para aumentar o consumo da modalidade. Todavia, isso não implica em uma maior valorização para as mulheres em termos financeiros, ou seja, mesmo que as lutadoras participem do “show do entretenimento” da mesma maneira que os homens já faziam, elas continuam como parte do segundo escalão dos profissionais, assim como acontece com as treinadoras e mulheres que buscam altos cargos no esporte brasileiro, as quais continuam sendo menos valorizadas, inclusive, financeiramente, como mostram Ferreira *et al.* (2017). Dessa forma, políticas em prol da igualdade de cargos e de salários são necessárias para gerar oportunidades mais igualitárias entre os gêneros, além de campanhas de conscientização para todos e todas.

Por fim, Ferretti e Knijniki (2007), ao entrevistarem universitárias praticantes de lutas, perceberam que essas possuem certas ressalvas em relação ao fato de as mulheres lutarem, sendo que elas se veem como praticantes de uma luta e não como lutadoras, inclusive, algumas até acham que mulheres não deveriam lutar profissionalmente. No entanto, os autores entendem que as lutas são justamente um espaço para a reflexão sobre questões de gênero, o que contribui para possibilitar que as mulheres se insiram cada vez mais em atividades esportivas sem se preocuparem com barreiras e preconceitos.

3.3.2. Conquistando terreno

Como vimos ao longo desta pesquisa, a generificação dos corpos é um processo complexo, visto que ser mulher ou ser homem extrapola qualquer definição que se possa estabelecer, pois são seres vivos e mutáveis, que estão sempre em transformação e podem apresentar distintos atributos e posicionamentos. À luz disso, Oliveira *et al.* (2021), ao analisarem o Instagram de lutadoras de MMA, perceberam uma feminilidade plural, a qual não pode ser encaixada em alguns critérios e que se apresenta com diferentes nuances. Todavia, a partir do fato de que alguns homens do estudo de Thomazini *et al.* (2008) ou meninas do estudo de So *et al.* (2018) acreditam que “mulheres não deveriam lutar” ou que isso “não é coisa para meninas”, podemos notar o quanto ainda são necessárias discussões

sobre o assunto, a fim de contribuir para libertar as pessoas de amarras que limitam suas vivências e experiências.

De forma análoga, as pesquisadoras Camilo e Pereira (2017), ao se colocarem como parte da equipe técnica de um lutador de MMA, perceberam que as mulheres tinham papéis pré-concebidos nesse meio, e o fato da pesquisadora não se enquadrar em nenhum deles causava desconforto à maioria das pessoas, as quais, em inúmeras vezes, tentaram justificar que ela não poderia estar ali, alegando, inclusive, que não era adequado a uma mulher. Assim, as autoras compreenderam que uma mulher naquele lugar era uma presença improvável ou impensável, o que soma para entendermos que nos espaços de lutas as mulheres são, na maioria das vezes, toleradas, desde que tenham papéis bem definidos e não ousem sair do lugar que as foi reservado.

Fernandes *et al.* (2015, p.375) analisaram as representações de feminilidades de lutadoras de MMA e Boxe, e afirmam que: “o sujeito corporificado não é o mesmo o tempo todo e o aparato que constrói seu corpo não consegue fixá-lo: ora ele é assujeitado, ora consegue fugir”. Essa conclusão advém do fato de as lutadoras se reconhecerem nos ringues com performances que englobam características como raiva, força, coragem, e fora desse ambiente procurarem manter gestos mais delicados, usarem roupas ditas como femininas e maquiagens, ou seja, expressam suas feminilidades de maneira plural através de múltiplas formas.

Entretanto, ser considerada mulher ainda é uma ideia muito atrelada à concepção biologicista, na qual sexo biológico é definidor de ser homem ou ser mulher, argumento encontrado em comentários analisados pelas autoras Grespan e Goellner (2014, p.1265-1282), as quais explanam que “o corpo *queer* de Fallow Fox possibilitou a visibilidade de outros contornos à representação dominante de feminilidade, o que, por sua vez, contribuiu para revelar a potência do discurso heteronormativo no campo esportivo e fora dele”. Conforme observado em comentários que acusavam a luta de ser injusta, houve a alegação de que um homem (visão biológica) contra uma mulher seria sempre uma disputa inaceitável, e, ainda, permeados de frases homofóbicas e transfóbicas, que demonstram o quanto um corpo não normativo perturba a sociedade. Ainda assim, as pesquisadoras compreenderam que a presença de mulheres (trans ou não) nos ringues pode contribuir para a aceitação de que diferentes feminilidades são possíveis e necessárias. Isso ressalta a relevância de entender

conceitos como gênero, feminilidade e masculinidade de forma ampla, partindo do pressuposto de que não são únicos e se modificam constantemente.

Com foco no Boxe como uma escolha de atividade física, Silva *et al.* (2015, p.135) descobriram que as entrevistadas “não se consideram em uma prática masculina, mas sim, apropriaram-se dela de tal maneira que este movimento de inserção tende a elevar-se cada vez mais”. Essas mulheres estão se apropriando de um espaço – o Boxe – considerado de natureza masculina, e isso significa que elas estão impondo sua presença, sem se adequarem ao estabelecido, caso que parece não ser o mesmo que ocorre no MMA profissional, como mostra o trabalho de Salvini e Júnior (2016), em que as mulheres reproduzem os comportamentos dos homens, que ocupavam há mais tempo aquele local. Todavia, como Silva *et al.* (2015) salientam, são necessários outros estudos para afirmar que essas transformações e ocupações de lugares ditos masculinos por parte das mulheres estão ocorrendo de forma mais geral. De modo semelhante, o trabalho de Rocha *et al.* (2018) busca entender os motivos de aderência e permanência que levam mulheres a procurarem lutas na cidade de Chapecó - SC e traz uma variação maior de modalidades: Boxe, Muay Thai, Jiu-Jitsu, Taekwondo, Kung Fu, Karatê e Capoeira. O fato de as autoras concluírem que as mulheres procuram as lutas, principalmente pela busca por condicionamento físico e permanecem praticando para melhorar a técnica, leva-nos a refletir sobre a busca por aprimoramento técnico ser um aspecto de pertencimento aos espaços onde treinam, a ponto de superar obstáculos que possam surgir por conta da sua identidade de gênero.

Ao que toca às lutas, é comum que questões relacionadas a gênero apareçam nas academias, o que torna esse tema um potencializador de reflexões. Notamos um aumento de pesquisas e artigos sobre as lutas nos últimos anos, o que pode indicar que mais mulheres estão buscando essas modalidades. Uma maior representatividade feminina nos tatames e ringues brasileiros pode contribuir para encorajar mais mulheres que desejam praticar lutas a procurar aulas. No entanto, os artigos apreciados nos mostram que existem dificuldades encontradas pelas mulheres que praticam artes marciais e que, apesar de elas terem conquistado muitos espaços, ainda há disparidades entre os gêneros, preconceitos e barreiras a serem enfrentadas. Além disso, vistos os resultados das pesquisas analisadas, podemos afirmar que há espaço para mais estudos que envolvam gênero e lutas.

4. Conclusão

Esta pesquisa se propôs a mapear publicações brasileiras em revistas de Educação Física que tratassem das artes marciais e mulheres com o objetivo de analisar as relações de gênero que emergem nesses trabalhos. Dessa maneira, foram encontrados 13 artigos e deles extraídas três categorias de análise. Com foco nesses elementos, acreditamos ter conseguido realizar um sucinto resumo das contribuições acadêmicas sobre as questões de gênero que surgem quando mulheres se ligam às lutas no contexto brasileiro. Mesmo assim, temos consciência das limitações deste trabalho e que mais pesquisas sobre o tema são necessárias. Observamos, outrossim, que as pesquisas são muito recentes e evidenciam que, quando mulheres se relacionam com as artes marciais, elas se deparam com barreiras sociais e culturais, desigualdades e lutas por espaços e valorizações. As mulheres precisam enfrentar muito mais do que as adversárias nos ringues, lutam contra baixos salários, preconceitos de familiares, amigos/as e quaisquer outras pessoas que se sentem autorizadas a dizer que esse “não é um lugar para mulher”, além do receio de serem menosprezadas e hostilizadas e dos conflitos internos que podem gerar sentimento de culpa e vergonha. Mas elas também ocupam espaços no mundo das artes marciais, exibindo distintas feminilidades, superando barreiras e abrindo cada vez mais caminhos para que outras possam ocupar o lugar que quiserem, seja nos tatames, nos ringues ou em comissões esportivas ou técnicas.

Sendo assim, encontrarmos poucos estudos sobre essa temática, o que nos leva a pensar que no Brasil este ainda é um campo que necessita de mais pesquisas e discussões acadêmicas, em especial, com mais variedade de amostras e de modalidades das lutas. Além disso, deparamo-nos com outra revisão de literatura que aborda o tema gênero e mulheres nas artes marciais, pelos autores Silva, Macêdo e Millen Neto (2023), os quais também entendem a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. Por fim, percebemos que os estudos já realizados mostram uma miríade de questões importantes a respeito do tema e a presença, cada vez maior, das mulheres em distintos campos de atuação dentro das artes marciais/lutas.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida O estereótipo e as diversidades. **Revista de Comunicação e Educação**, São Paulo, SP, v. 13, p. 07-14, set./dez. 1998.

BRASIL. Plataforma Sucupira. **Qualis periódicos**. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 07 abril. 2019.

CAMILO, Juliana De Oliveira. PEREIRA, Adriana Bernardes. O que faz uma mulher no mixed martial arts?: reflexões de um relato de pesquisa. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 42-56, maio. 2017.

CARDOSO Berta Leni Costa *et al.* Mulheres no boxe: percepções sociais de uma luta sem luvas e fora dos ringues. **Revista Motricidade**: Vila real, Portugal, v. 8, n. 22, p. 259-268, set. 2012.

COSTA, Fábio Soares da. SANTOS, Andreia Mendes dos. Diferença e igualdade nas relações de gênero no esporte. **Revista Holos**, Natal, RN, v.5, n.34, p. 140-150, out. 2018.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte**: história das mulheres nos Jogos Olímpicos. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

FERNANDES, Vera *et al.* Mulheres em combate: representações de feminilidade em lutadoras de boxe e de MMA. **Revista Educação Física /UEM**, Maringá, PR, v. 26, n. 3, p. 367-376, abr./jun. 2015.

FERREIRA, Heider Jancer *et al.* As barreiras enfrentadas por treinadoras brasileiras. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 479 – 488, abr./jun. 2017.

FERRETTI, Marco Antonio de Carvalho. **A formação da lutadora**: Estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho. KNIJNIK. Jorge Dorfman. Mulheres podem praticar lutas?: um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS v.13, n. 1, p.57-80, jan./abr. 2007.

FIGUEIREDO, Luiza Ferreira *et. al.* Aprendendo e ensinando mulheres a lutar: práticas exemplares e reprováveis nas artes marciais. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília, DF, v 11, n. 2, p. 147 - 165, nov. 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero. In: GONZÁLEZ Fernando Jaime. FENSTERSEIFER, Paulo. (Org.) **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Unijuí, p. 207 – 209, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 108, p. 29-38, jan./fev./mar. 2016.

GRESPLAN, Carla Lisboa. GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS, v. 20, n.4, p. 1265-1282, out./dez. 2014.

GRESPLAN, Carla Lisboa. Mulheres no Octógono: performatividades de corpos, de gêneros e de sexualidades. Curitiba: Appris, 2015, 131p. Resenhado por João Paulo Fernandes Soares, Ludmila Mourão, Vera Lúcia Ferreira Pinto Fernandes. **Revista Movimento**: Porto Alegre, RS, v. 23, n. 2, p. 797-802, abr./jun. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

LIMA, George Almeida. MACÊDO, Christiane Garcia. MILLEN NETO, Álvaro Rego. Reflexões sobre a participação das mulheres no campo das artes marciais e as representações de gênero incutidas nesse processo. **Revista Cocar**: Petrolina, PE, v. 18, n. 36, p. 01-20, 2023.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, n. 57, p. 13-08, jan./fev. 2004.

NASCIMENTO, Oromar Augusto dos Santos *et al.* The use of Content Analysis in scientific production of Brazilian Physical Education. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, v.43, n. e006521, p. 01-09, 2021.

MOURÃO, Ludimila; SOUZA, Gabriela Conceição de. Narrativa sobre o sul americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte, 15., CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 2., 2007. Pernambuco. **Anais ... Pernambuco: [s.n.]**, 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 01-33, 2000.

OLYMPICS GAMES. **Programme Tóquio 2020**. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org>. Acesso em: 06 jun. 2019.

OLIVEIRA, João Paulo Silva de. MACEDO, Christiane Garcia. MILLEN NETO, Alvaro Rego. Auto apresentação corporal de lutadoras de artes marciais mistas (MMA) no Instagram. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS, v.27, n. e27019, p. 01-20, 2021.

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas: tendências mundiais. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS, v. 09, n. 2, p. 11-35, 2003.

ROCHA, Deizi Domingues da. ZAGONEL, Adriana. BONORINO, Sabrina Lencina. Fatores de aderência e permanência de mulheres nas lutas em Chapecó – SC. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, SC, v. 16, n. 2, p. 29-37, 2018.

ROSENFELD, Cinara. SAAVEDRA, Giovani Agostini. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 15, n. 33, p. 14-54, 2013.

SALVINI, Leila. JÚNIOR, Wanderley Marchi. Mais do que uma “questão de peso”: Análise do conteúdo dos discursos de rivalidade entre as lutadoras de MMA. **Revista Movimento**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 3, p. 795-808, 2016.

SCOTT Joan, Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Guacira Lopes Louro. **Revista Educação & Realidade**: Porto Alegre,RS, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez.,1995.

SILVA, Bruna Bárbara Proença Oliveira. CAVICHIOILLI, Fernando Renato. CAPRARO, André Mendes. Adesão e permanência das mulheres no Boxe em Curitiba – PR. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 27, n. 45, p. 124-137, set. 2015.

SO, Marcos Roberto. MARTINS, Mariana Zuaneti. BETTI, Mauro. As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 30, n. 55, p.29 – 48, dez. 2018.

SOUZA, Gabriela Conceição de. et al. Rosiclea Campos no judô feminino brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.23, n. 2, p. 409 – 429, mai./ago. 2015.

SOUZA, Juliana de. FRANCO, Laércio Claro Pereira. As resistências culturais enfrentadas pela mulher no âmbito das modalidades de lutas. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 33, n. 64, p. 01-22, 2021.

THOMAZINI, Samuel Oliveira. MORAES, Cláudia Emília Aguiar. ALMEIDA, Felipe Quintão. Controle de si, dor e representação feminina entre lutadores (as) de MMA. **Revista Pensar a prática**, Goiânia, GO, v.11, n.3, p. 281-290, set./dez. 2008.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**, Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 35 – 82.

Sobre as autoras

Tanise Zeppenfeld Arruda

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências do Movimento e Reabilitação do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui as graduações de Educação Física Licenciatura e Bacharelado também pela UFSM. E-mail: taniseza@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9111-5664>

Angelita Alice Jaeger

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora associada IV do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), líder do Grupo de Estudos em Diversidade, Corpo e Gênero (GEDCG) e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento e Reabilitação (PPGCMR) da UFSM. Estuda: corpo, relações de gênero e sexualidades nas práticas corporais e esportivas e o uso de inteligência artificial em pesquisas qualitativas. E-mail: angelita@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4998-1578>.

Recebido em: 11/07/2024

Aceito para publicação em: 17/09/2024